



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681258 - SP (2021/0225725-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ALINE MALTA MAIA ARAUJO E OUTRO
ADVOGADOS : LETICIA SILVA DA COSTA - SP382178
ALINE MALTA MAIA ARAUJO - SP433624
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WANDERSON VARJAO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WANDERSON VARJAO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (apelação criminal n. 1519741-49.2020.8.26.0228).

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 à pena de 5 anos em regime inicialmente fechado.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, negou provimento à apelação interposta pela defesa ao manter a decisão de primeiro grau pelos seus próprios fundamentos. O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 70):

Tráfico privilegiado - Impossibilidade - Comportamento voltado ao delito - Dedicção à atividade criminosa comprovada - Reprimenda mantida - Recurso não provido.

Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos – Impossibilidade - Requisitos do artigo 44 do Código Penal não preenchidos - Recurso não provido.

Regime menos gravoso - Impossibilidade - Binômio da reprovabilidade da conduta e suficiência das sanções impostas - Inicial fechado adequado à gravidade concretado delito e às circunstâncias pessoais do agente - Recurso não provido.

Alega, em síntese, que não há nada nos autos que justifique a aplicação do regime mais gravoso para o cumprimento da pena, uma vez que esta fora aplicada em seu mínimo legal diante das circunstâncias judiciais favoráveis, ser réu primário e ter bons antecedentes.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que o acórdão impugnado seja cassado e concedido ao paciente o direito de cumprir a pena em regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente